

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 4.297, DE 2016

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para regulamentar a multa aplicada às Instituições Financeiras pelo descumprimento de acordo judicial homologado.

Autor: Deputado PAULO MAGALHÃES

Relator: Deputado CELSO RUSSOMANNO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 4.297, de 2016, de autoria do Deputado Paulo Magalhães, visa a incluir um artigo, de nº 44-A, na Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Esse novo dispositivo tipifica a conduta consistente no descumprimento de acordo judicial homologado, passando a considerá-la expressamente como um ilícito administrativo. Prevê, ainda, como penalidade para os infratores da nova regra, a sujeição a multa de 30% (trinta por cento) do valor de bens imóveis, móveis, semoventes títulos de crédito e valores mobiliários arrolados no acordo.

Por despacho da Mesa da Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada à apreciação das Comissões de Defesa do Consumidor (CDC); de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

De alguns anos para cá – e lá se vão quase duas décadas – o direito brasileiro foi palco de uma série de reformas destinadas a reduzir o chamado *spread* bancário. Baseadas em diagnósticos sobre as causas a explicar o alto custo do crédito no País, diversas medidas procuraram reduzir e desestimular a inadimplência de obrigações por parte dos clientes de instituições financeiras. O alcance desses objetivos foi buscado principalmente com a edição de leis voltadas a ampliar a oferta de mecanismos de mitigação de risco de crédito e a tornar mais célere a execução de contratos e decisões judiciais.

O justificado foco na proteção a credores, contudo, acabou por deixar às sombras outros fatos igualmente merecedores de atenção. Um deles é que a inobservância de acordos por parte das instituições financeiras é perniciosa e também deve ser firmemente combatida.

Essa lacuna é corrigida pela proposição em exame. O Projeto de Lei nº 4.297, de 2016, reconhece a insuficiência do tratamento jurídico atual das hipóteses em que as instituições financeiras descumpram pactos firmados com seus consumidores, notadamente os acordos judiciais devidamente homologados. Ao instituir nova penalidade para o desrespeito a tais acordos, ela incentiva a sua estrita observância, que é de todo desejável.

Trata-se, portanto, de um valoroso esforço no sentido de equilibrar forças entre instituições financeiras e consumidores. Ora, se o tomador de crédito, para conseguir a liberação de empréstimos e financiamentos, deve sujeitar-se ao pagamento de altas taxas de juros e à indicação de bens que sirvam de garantia ao cumprimento de suas obrigações, é justo que haja reparação quando vê ignorados os termos de acordos firmados com instituição financeira.

A fim de facilitar a execução da multa, estipulamos a porcentagem exequenda sob o valor do contrato.

Votamos, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.297, de 2016, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado CELSO RUSSOMANNO

Relator